



Ministério da Economia  
Secretaria de Governo Digital  
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração  
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

31300106071

Código da Natureza Jurídica

2054

Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: ALIANCA GERACAO DE ENERGIA S.A.  
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP



MGE2200752543

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	006			ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA

BELO HORIZONTE  
Local

22 AGOSTO 2022  
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Telefone de Contato: \_\_\_\_\_

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

DECISÃO SINGULAR

DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

SIM

SIM

Processo em Ordem À decisão

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Data

NÃO \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Data

Responsável

NÃO \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Data

Responsável

\_\_\_\_\_  
Responsável

DECISÃO SINGULAR

Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

Processo deferido. Publique-se e archive-se.

Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Data

\_\_\_\_\_  
Responsável

DECISÃO COLEGIADA

Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

Processo deferido. Publique-se e archive-se.

Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da \_\_\_\_\_ Turma

OBSERVAÇÕES



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 9571643 em 06/09/2022 da Empresa ALIANCA GERACAO DE ENERGIA S.A., Nire 31300106071 e protocolo 224315455 - 05/09/2022. Autenticação: 792D99BA90DBC6BF82106F72CFDDCED501068. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/431.545-5 e o código de segurança mUQB Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 06/09/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL



# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

## Registro Digital

### Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/431.545-5	MGE2200752543	22/08/2022

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
695.649.731-04	PAULO DE TARSO DE ALEXANDRIA CRUZ

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



ALIANÇA GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.  
CNPJ/MF N.º 12.009.135/0001-05  
NIRE 31.3.0010607-1  
CERTIDÃO

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 18 DE JULHO DE 2022**

(lavrada na forma de sumário como faculta o artigo 130, §1º, da Lei nº 6.404/76)

**1. DATA, HORÁRIO E LOCAL:** Aos 18 de julho de 2022, às 10 horas e 30 minutos, foi realizada assembleia geral ordinária da Aliança Geração de Energia S.A. (“Companhia”), de forma digital, por meio de videoconferência, em razão da pandemia de coronavírus, nos termos do artigo 121, parágrafo único, da Lei nº 6.404/76.

**2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Convocada, em segunda convocação, com antecedência de 15 (quinze) dias por e-mail enviado pela Presidente do Conselho de Administração a cada acionista e por Edital publicado no Diário do Comércio, versões impressas e online, nos dias 01/07/2022, 02/07/2022 e 05/07/2022, conforme disposto na alínea (ii), parágrafo 1º, artigo 7º do Estatuto Social e no artigo 124 da Lei 6.404/76, sendo a acionista Vale S.A. (“Vale”), neste ato representada por sua procuradora, Sra. Andréa Jota Lizardo (procuração outorgada em 27/12/2021), que cumpre orientação de voto proferida pelos Vice-Presidentes Executivos Alexandre Gomes Pereira e Gustavo Duarte Pimenta (Decisão de Diretores Executivos em Conjunto – DEC nº 072/2022, de 04/04/2022). e Cemig Geração e Transmissão S.A (CEMIG), neste ato representada por seu procurador, Sr. Denis Teixeira Ferreira Dias (procuração outorgada em 13.01.2022). Verificado, portanto, quórum suficiente para a instalação desta assembleia geral e para a deliberação constante da Ordem do Dia. Presente ainda, como convidada, pela Companhia, a Sra. Livia Ateniense, Gerente Jurídica de Governança e *Compliance*.

**3. PUBLICAÇÃO DO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31/12/2021:** O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31/12/2021, acompanhados do parecer dos auditores independentes, KPMG Auditores Independentes, foram publicados no jornal Diário do Comércio em 13 de abril de 2022, às fls. 2,3,4 e 5.

**4. MESA:** Na forma estatutária: I) Presidente: Ludmila Lopes Nascimento Brasil e, II) Secretária: Livia Cristina Pulis Ateniense.

**5. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: I) as contas dos administradores; II) as demonstrações financeiras do exercício social de 2021; III) o parecer dos auditores independentes e o relatório da administração; IV) a destinação do lucro líquido do exercício de 2021; V) a proposta de distribuição de dividendos; e VI) a remuneração global dos Administradores.

**6. DELIBERAÇÕES:** Cumpridas todas as formalidades previstas em Lei e no Estatuto Social da Companhia, a Assembleia foi regularmente instalada e os acionistas, após debates e discussões, por unanimidade, sem quaisquer restrições ou ressalvas, aprovaram, o que segue:

6.1 A lavratura da presente ata sob a forma de sumário dos fatos ocorridos, nos termos do artigo 130, parágrafo 1º, da Lei 6.404/76, ficando o Secretário autorizado a emitir tantas cópias quantas forem necessárias para cumprir com as disposições legais em vigor, bem como considerar sanada a ausência da publicação dos anúncios de disponibilização, aos acionistas, do relatório da administração e das demonstrações financeiras, em conformidade com o caput c/c §4º do artigo 133 da Lei 6.404/1976, haja vista que estes documentos foram publicados antes da realização desta Assembleia.

6.2 As contas dos administradores, as demonstrações financeiras da Companhia, o parecer dos

Classificação: Uso restrito



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 9571643 em 06/09/2022 da Empresa ALIANÇA GERACAO DE ENERGIA S.A., Nire 31300106071 e protocolo 224315455 - 05/09/2022. Autenticação: 792D99BA90DBC6BF82106F72CFDDCED501068. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/431.545-5 e o código de segurança mUQB Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 06/09/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETARIA GERAL

pág. 3/13

auditores independentes e o relatório da administração, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

6.3 A proposta de destinação da totalidade do lucro líquido referente ao exercício social de 2021, no valor de R\$505.835.057,22 (quinhentos e cinco milhões e oitocentos e trinta e cinco mil e cinquenta e sete reais e vinte e dois centavos), conforme abaixo:

- a) R\$220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais), a serem pagos aos acionistas, à título de dividendos, até 30 (trinta) dias após a realização dessa AGO, cujos nomes constem do Livro de Registro de Ações, na proporção de sua participação no capital social da Companhia; e
- b) R\$285.835.057,22 (duzentos e oitenta e cinco milhões e oitocentos e trinta e cinco mil e cinquenta e sete reais e vinte e dois centavos) serão destinados à conta de Reserva de Lucro a Realizar, nos termos dos artigos 202, II e 197 da Lei 6.404/64.

6.4. A realização e distribuição de dividendos no valor de até R\$104.751.999,93 (cento e quatro milhões e setecentos e cinquenta e um mil e novecentos e noventa e nove reais e noventa e três centavos), constantes na conta Reserva de Lucros a Realizar, para pagamento de dividendos aos acionistas, cujos nomes constem do Livro de Registro de Ações, na proporção de sua participação no capital social da Companhia, condicionado ao recebimento pela Companhia do valor correspondente à restituição do capital a ser reduzido das subsidiárias integrais Central Eólica Garrote S.A., Central Eólica Santo Inácio III S.A., Central Eólica Santo Inácio IV S.A. e Central Eólica São Raimundo S.A. Cumprida a condição, o pagamento dos dividendos será realizado em até 30 (trinta) dias após o recebimento dos valores relativos à redução de capital no caixa da Companhia.

Com relação ao restante do valor destinado à Reserva de Lucros a Realizar, as Acionistas manifestaram-se conforme as orientações de voto abaixo:

CEMIG: O pagamento do montante de R\$ 181.083.057,29 (cento e oitenta e um milhões, oitenta e três mil, cinquenta e sete reais e vinte e nove centavos), condicionado a disponibilidade de caixa da Aliança. Esse valor deverá ser pago até 31 de dezembro de 2022.

VALE: em havendo disponibilidade efetiva de caixa da Companhia, o valor remanescente, no montante de R\$ 181.083.057,29 (cento e oitenta e um milhões, oitenta e três mil, cinquenta e sete reais e vinte e nove centavos), deverá ser revertido da Reserva de Lucros a Realizar para pagamento dos dividendos até 31 de dezembro de 2022.

Não haverá destinação de recursos para a Conta de Reserva Legal, tendo em vista que foi atingido o seu limite legal, conforme disposto no §1º do artigo 193 da Lei 6.404/1976.

6.5 A fixação da remuneração anual e global dos Administradores da Companhia, para o exercício social de 2022, no montante de até R\$ 2.951.826,83 (dois milhões, novecentos e cinquenta e um mil, oitocentos e vinte e seis reais e oitenta e três centavos), a ser distribuída pelo Conselho de Administração.

6.6 Não obstante não ter constado na ordem do dia da convocação desta Assembleia, e considerando a presença e aprovação unânime das Acionistas, nos termos do art. 124, §4º da Lei 6.404/1976, fica aprovada a designação dos seguintes membros efetivos do Conselho de Administração, para os cargos de Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração, para o mandato em curso unificado de 3 (três) anos, ou seja, até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2023:

- a) Sra. **Ludmila Lopes Nascimento Brasil**, brasileira, casada, contadora, portadora da Carteira de Identidade nº 117600841, inscrita no CPF/MF sob o nº 080.636.717-24, domiciliada no Rio de Janeiro/RJ, com endereço comercial em Nova Lima/MG, na Av. Dr. Marco Paulo Simon Jardim, n.º 3580, Mina de Águas Claras, Prédio 4, 2º andar, CEP 34006-270, como **Presidente do Conselho de Administração, por indicação da acionista Vale;**

Classificação: Uso restrito



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 9571643 em 06/09/2022 da Empresa ALIANÇA GERACAO DE ENERGIA S.A., Nire 31300106071 e protocolo 224315455 - 05/09/2022. Autenticação: 792D99BA90DBC6BF82106F72CFDDCED501068. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/431.545-5 e o código de segurança mUQB Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 06/09/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA GERAL

pág. 4/13

- b) Sr. **Thadeu Carneiro da Silva**, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador da Carteira de Identidade MG10.442.183, expedida pela SSP-MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 053.415.416-69, com endereço comercial em Belo Horizonte/MG, na Av. Barbacena, 1200, 18º andar, Santo Agostinho, CEP 30190-131, **como Vice-Presidente do Conselho de Administração, por indicação da acionista Cemig Geração e Transmissão S.A.**

**7. ENCERRAMENTO:** Oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, a qual, depois de reaberta a sessão, foi lida, achada conforme e por todos os presentes assinada.

**Assinaturas:** Mesa: Ludmila Lopes Nascimento Brasil – Presidente e Livia Cristina Pulis Ateniense – Secretária. **Acionistas:** Vale S.A., p.p. Andréa Jota Lizardo; e Cemig Geração e Transmissão S.A., p.p. Denis Teixeira Ferreira Dias.

Confere com o original lavrado em livro próprio.

---

**Livia Cristina Pulis Ateniense**  
Secretária

Classificação: Uso restrito



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 9571643 em 06/09/2022 da Empresa ALIANCA GERACAO DE ENERGIA S.A., Nire 31300106071 e protocolo 224315455 - 05/09/2022. Autenticação: 792D99BA90DBC6BF82106F72CFDDCED501068. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/431.545-5 e o código de segurança mUQB Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 06/09/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

  
MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETARIA GERAL

pág. 5/13



# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

## Registro Digital

### Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/431.545-5	MGE2200752543	22/08/2022

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
056.742.896-62	LIVIA CRISTINA PULIS ATENIENSE

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

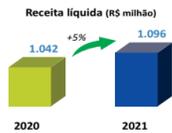


ALIANÇA GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ: 12.009.135/0001-05

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

No ano de 2021 registramos uma receita operacional bruta consolidada de R\$1,3 bilhão, apresentando crescimento de 4% comparativamente ao ano anterior, com reflexo principal da atualização financeira anual dos contratos de venda de energia. De forma equivalente, a receita líquida consolidada foi de R\$1,1 bilhão e refletiu um aumento interanual de 5%.



Na mesma linha e com significativo impacto contábil da repactuação do risco hidrológico, o lucro líquido registrado em 2021 foi de R\$506 milhões, o que representa um aumento de 99% em relação ao resultado de 2020.



Do ponto de vista da geração de caixa operacional, medida pelo EBITDA (LAJUDA - lucro antes dos juros, impostos sobre renda, incluindo contribuição social sobre lucro líquido, depreciação e amortização), alcançamos a marca de R\$1,1 bilhão, representando um aumento de 94% em comparação ao ano anterior. Além de mensurar o desempenho operacional da Aliança, o EBITDA também foi significativamente influenciado pelo efeito contábil da repactuação do risco hidrológico de nossas usinas. A margem EBITDA alcançada foi de 101%, um crescimento de 84% em relação a esse indicador em 2020.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

Tabela de balanços patrimoniais em milhares de reais, com colunas para Nota, Controladora e Consolidado para os períodos 31/12/2021 e 31/12/2020. Inclui itens como Ativo Circulante, Não Circulante, Passivo e Patrimônio Líquido.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Tabela detalhada do Passivo e Patrimônio Líquido em milhares de reais, com colunas para Nota, Controladora e Consolidado para os períodos 31/12/2021 e 31/12/2020.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

Tabela de demonstrações do resultado em milhares de reais, com colunas para Nota, Controladora e Consolidado para os períodos 31/12/2021 e 31/12/2020. Inclui itens como Receita Líquida, Lucro Bruto, Lucro Líquido e Quantidade média ponderada de ações.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

Tabela de demonstrações do resultado abrangente em milhares de reais, com colunas para Nota, Controladora e Consolidado para os períodos 31/12/2021 e 31/12/2020.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONTROLADORA E CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

Tabela de demonstrações das mutações do patrimônio líquido em milhares de reais, com colunas para Nota, Capital Social, Reserva de Capital, Lucros acumulados e Total para os períodos 31/12/2021 e 31/12/2020.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. Contexto operacional: A Aliança Geração de Energia S.A. ("Aliança", "Controladora" ou "Companhia") é uma Sociedade Anônima de Capital Fechada, com o início de suas operações a partir de 27 de fevereiro de 2017, data em que ocorreu a transferência de ativos de geração de energia elétrica de suas acionistas, Vale S.A. ("Vale") e Cemig Geração de Energia S.A. ("Cemig").

2. Base de preparação e apresentação: 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

3. Caixa e equivalentes de caixa: Tabela de demonstrações de caixa em milhares de reais, com colunas para Controladora e Consolidado para os períodos 31/12/2021 e 31/12/2020.

4. Aplicações financeiras: Tabela de demonstrações de aplicações financeiras em milhares de reais, com colunas para Controladora e Consolidado para os períodos 31/12/2021 e 31/12/2020.

Ativo circulante e não circulante: Tabela de demonstrações de ativos em milhares de reais, com colunas para Controladora e Consolidado para os períodos 31/12/2021 e 31/12/2020.

Industrial ou equivalente: Tabela de demonstrações de ativos em milhares de reais, com colunas para Controladora e Consolidado para os períodos 31/12/2021 e 31/12/2020.

Seguimos aprimorando nosso modelo de gestão, buscando cada vez mais transparência sobre nossos direcionadores de atuação. Assim revisamos o nosso Código de Conduta, aprovamos também nosso Plano Plurianual de Gestão de Riscos, num esforço contínuo pela excelência operacional. Nossas barreiras seguem seguras com monitoramento permanente e cumprimento da legislação aplicável, com articulação junto aos órgãos de proteção e defesa civil, bem como com treinamentos e envolvimento das comunidades.

e considerar uma relação aliçada em bases éticas, transparentes e que preservem os valores e a integridade da Aliança e de seus parceiros. Continuamos focados na implantação dos projetos eólicos que irão consolidar a diversificação da nossa matriz energética, com energia limpa, renovável. Finalizamos o ano com pelo menos 70% das obras do Projeto Garret concluídas além disso seguimos com a implantação do Projeto Acaú e de seus programas e ações sociais. Levantamos R\$490 milhões no mercado de capitais brasileiro para financiar os projetos eólicos em implantação, por meio da 3ª e 4ª Emissões de Debêntures Incentivadas ("IDEB") com prazo de vencimento de 61 e 66 meses, respectivamente. Seguindo nosso compromisso ambiental e social, foi atribuído pela certificadora independente Sitawi a titulação de Selo Verde à 4ª Emissão de Debêntures, o que representa a conformidade da Aliança com os critérios do Green Bond Principles (GBP). A mesma emissão também recebeu a certificação internacional do Climate Bonds Initiative (CBI) em decorrência do Gás de Efeito Estufa (GEE) a ser evitado após a entrada em operação do projeto eólico Garret. Por tudo isso, temos a certeza de que seguimos na consolidação da Aliança Geração de Energia no setor elétrico como uma das empresas com excelência operacional e compromisso com a geração de energia elétrica de forma sustentável.

Wander Luis de Oliveira
Diretor de Comercialização e de Engenharia
Paulo de Tarso de Alexandria Cruz
Diretor de Operação

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

Tabela de demonstrações dos fluxos de caixa em milhares de reais, com colunas para Nota, Controladora e Consolidado para os períodos 31/12/2021 e 31/12/2020. Inclui itens como Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais, Investimentos e Financiamento.

Tabela de demonstrações do valor adicionado em milhares de reais, com colunas para Nota, Controladora e Consolidado para os períodos 31/12/2021 e 31/12/2020. Inclui itens como Valor Adicionado a Distribuir, Retenções e Valor Adicionado Distribuído.

Tabela de demonstrações do resultado em milhares de reais, com colunas para Nota, Controladora e Consolidado para os períodos 31/12/2021 e 31/12/2020. Inclui itens como Receita Líquida, Lucro Bruto, Lucro Líquido e Quantidade média ponderada de ações.

Tabela de demonstrações do resultado abrangente em milhares de reais, com colunas para Nota, Controladora e Consolidado para os períodos 31/12/2021 e 31/12/2020.

Tabela de demonstrações das mutações do patrimônio líquido em milhares de reais, com colunas para Nota, Capital Social, Reserva de Capital, Lucros acumulados e Total para os períodos 31/12/2021 e 31/12/2020.

Tabela de demonstrações do resultado em milhares de reais, com colunas para Nota, Controladora e Consolidado para os períodos 31/12/2021 e 31/12/2020. Inclui itens como Receita Líquida, Lucro Bruto, Lucro Líquido e Quantidade média ponderada de ações.

Tabela de demonstrações do resultado abrangente em milhares de reais, com colunas para Nota, Controladora e Consolidado para os períodos 31/12/2021 e 31/12/2020.

Tabela de demonstrações das mutações do patrimônio líquido em milhares de reais, com colunas para Nota, Capital Social, Reserva de Capital, Lucros acumulados e Total para os períodos 31/12/2021 e 31/12/2020.

Tabela de demonstrações do resultado em milhares de reais, com colunas para Nota, Controladora e Consolidado para os períodos 31/12/2021 e 31/12/2020. Inclui itens como Receita Líquida, Lucro Bruto, Lucro Líquido e Quantidade média ponderada de ações.

Tabela de demonstrações do resultado abrangente em milhares de reais, com colunas para Nota, Controladora e Consolidado para os períodos 31/12/2021 e 31/12/2020.

Tabela de demonstrações das mutações do patrimônio líquido em milhares de reais, com colunas para Nota, Capital Social, Reserva de Capital, Lucros acumulados e Total para os períodos 31/12/2021 e 31/12/2020.

Tabela de demonstrações do resultado em milhares de reais, com colunas para Nota, Controladora e Consolidado para os períodos 31/12/2021 e 31/12/2020. Inclui itens como Receita Líquida, Lucro Bruto, Lucro Líquido e Quantidade média ponderada de ações.

Tabela de demonstrações do resultado abrangente em milhares de reais, com colunas para Nota, Controladora e Consolidado para os períodos 31/12/2021 e 31/12/2020.

Tabela de demonstrações das mutações do patrimônio líquido em milhares de reais, com colunas para Nota, Capital Social, Reserva de Capital, Lucros acumulados e Total para os períodos 31/12/2021 e 31/12/2020.

Tabela de demonstrações do resultado em milhares de reais, com colunas para Nota, Controladora e Consolidado para os períodos 31/12/2021 e 31/12/2020. Inclui itens como Receita Líquida, Lucro Bruto, Lucro Líquido e Quantidade média ponderada de ações.

Tabela de demonstrações do resultado abrangente em milhares de reais, com colunas para Nota, Controladora e Consolidado para os períodos 31/12/2021 e 31/12/2020.

Tabela de demonstrações das mutações do patrimônio líquido em milhares de reais, com colunas para Nota, Capital Social, Reserva de Capital, Lucros acumulados e Total para os períodos 31/12/2021 e 31/12/2020.

Tabela de demonstrações do resultado em milhares de reais, com colunas para Nota, Controladora e Consolidado para os períodos 31/12/2021 e 31/12/2020. Inclui itens como Receita Líquida, Lucro Bruto, Lucro Líquido e Quantidade média ponderada de ações.

Tabela de demonstrações do resultado abrangente em milhares de reais, com colunas para Nota, Controladora e Consolidado para os períodos 31/12/2021 e 31/12/2020.

Tabela de demonstrações das mutações do patrimônio líquido em milhares de reais, com colunas para Nota, Capital Social, Reserva de Capital, Lucros acumulados e Total para os períodos 31/12/2021 e 31/12/2020.

Tabela de demonstrações do resultado em milhares de reais, com colunas para Nota, Controladora e Consolidado para os períodos 31/12/2021 e 31/12/2020. Inclui itens como Receita Líquida, Lucro Bruto, Lucro Líquido e Quantidade média ponderada de ações.

Tabela de demonstrações do resultado abrangente em milhares de reais, com colunas para Nota, Controladora e Consolidado para os períodos 31/12/2021 e 31/12/2020.

Tabela de demonstrações das mutações do patrimônio líquido em milhares de reais, com colunas para Nota, Capital Social, Reserva de Capital, Lucros acumulados e Total para os períodos 31/12/2021 e 31/12/2020.

ALIANÇA GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ: 12.009.135/0001-05

8. Imobilizado: A composição e a movimentação do ativo imobilizado para a controladora é como segue: Tabelas com colunas para Terrenos, Reservatórios, barragens, adutoras, Edificações, obras civis e benfeitorias, Máquinas e equipamentos, Outros, Imobilizado em curso (a) e TOTAL.

9. Depreciação: (a) Depreciação apresentada no imobilizado em curso está relacionada às peças sobressalentes incluídas em tal rubrica. Tabelas com colunas para Terrenos, Reservatórios, barragens, adutoras, Edificações, obras civis e benfeitorias, Máquinas e equipamentos, Outros, Imobilizado em curso (a) e TOTAL.

10. Fornecedores: Composição e movimentação do ativo imobilizado para a controladora é como segue: Tabelas com colunas para Terrenos, Reservatórios, barragens, adutoras, Edificações, obras civis e benfeitorias, Máquinas e equipamentos, Outros, Imobilizado em curso (a) e TOTAL.

11. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos: A Companhia possui débitos tributários diferidos de Imposto de Renda, contribuições à alíquota de 5%, referentes aos efeitos de diferenças temporárias relacionadas aos seguintes itens.

12. Provisões: Tabelas com colunas para Créditos tributários, Concessão com outorga onerosa (UBP), Provisão para demandas judiciais, Demais provisões, Provisões para compromissos socioambientais, Outros.

13. Passivo circulante: Tabelas com colunas para Saldo no início do exercício, Efeitos financeiros reconhecidos, Amortização de juros, Saldo em 31/12/2020, Saldo em 31/12/2021.

14. Passivo não circulante: Tabelas com colunas para Saldo em 31/12/2020, Saldo em 31/12/2021.

15. Encargos: Tabelas com colunas para Encargos, Saldo em 31/12/2020, Saldo em 31/12/2021.

16. Provisão para compromissos futuros: A movimentação da provisão para a controladora e consolidado é conforme segue: Tabelas com colunas para Saldo em 31/12/2019, Saldo em 31/12/2020, Saldo em 31/12/2021.

17. Encargos: Tabelas com colunas para Encargos, Saldo em 31/12/2020, Saldo em 31/12/2021.

18. Provisão para compromissos futuros: A movimentação da provisão para a controladora e consolidado é conforme segue: Tabelas com colunas para Saldo em 31/12/2019, Saldo em 31/12/2020, Saldo em 31/12/2021.

19. Encargos: Tabelas com colunas para Encargos, Saldo em 31/12/2020, Saldo em 31/12/2021.

20. Provisão para compromissos futuros: A movimentação da provisão para a controladora e consolidado é conforme segue: Tabelas com colunas para Saldo em 31/12/2019, Saldo em 31/12/2020, Saldo em 31/12/2021.

21. Encargos: Tabelas com colunas para Encargos, Saldo em 31/12/2020, Saldo em 31/12/2021.

22. Provisão para compromissos futuros: A movimentação da provisão para a controladora e consolidado é conforme segue: Tabelas com colunas para Saldo em 31/12/2019, Saldo em 31/12/2020, Saldo em 31/12/2021.

23. Encargos: Tabelas com colunas para Encargos, Saldo em 31/12/2020, Saldo em 31/12/2021.

24. Provisão para compromissos futuros: A movimentação da provisão para a controladora e consolidado é conforme segue: Tabelas com colunas para Saldo em 31/12/2019, Saldo em 31/12/2020, Saldo em 31/12/2021.

25. Encargos: Tabelas com colunas para Encargos, Saldo em 31/12/2020, Saldo em 31/12/2021.

26. Provisão para compromissos futuros: A movimentação da provisão para a controladora e consolidado é conforme segue: Tabelas com colunas para Saldo em 31/12/2019, Saldo em 31/12/2020, Saldo em 31/12/2021.



## ALIANÇA GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ: 12.009.135/0001-05

### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

**demônstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, se fazê-lo, considerar se esse relatório está, do ponto de vista relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contornar, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Contudo, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das conclusões significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública de um assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação poderiam, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Belo Horizonte, 24 de março de 2022. RPMG Auditores Independentes Ltda. - CRC SP-0144280-6 F-MG, Milena dos Santos Rosa - Contador CRC RJ-1009830-7.

**Principais assuntos de auditoria**  
O balanço patrimonial consolidado apresenta na rubrica de imobilizado o montante de R\$2.466.671 mil, dos quais, R\$ 69.563 mil referem-se à Usina Hidrelétrica Risoleta Neves ("Usina"), por meio do Consórcio Candonga. A Companhia e suas controladas efetuam a análise do valor recuperável do ativo imobilizado quando há indícios de que o seu valor recuperável possa ser inferior ao valor contábil. Em decorrência do rompimento da barragem de rejeitos em Mariana-MG, a Usina teve suas operações interrompidas desde novembro 2015, o que representa um indicador de que os ativos possam estar desvalorizados. Para a determinação do valor recuperável, a Companhia utilizou o método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras que envolve um alto grau de julgamento na determinação das estimativas utilizadas na projeção da geração de caixa da unidade geradora de caixa para fins de determinação do valor recuperável dos ativos. Devido à relevância dos dados e as eventuais alterações das premissas utilizadas, essas projeções de forma relevante as demonstrações financeiras, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

**Como auditoria endereçou esse assunto**  
- Avaliamos o desenho e implementação dos controles internos chave relacionados à preparação e revisão do plano de negócios da Usina Hidrelétrica Risoleta Neves que foi utilizado para análise e determinação do valor recuperável dos ativos. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, analisamos as premissas significativas e as metodologias utilizadas pela Companhia, incluindo as taxas de desconto e de crescimento das receitas no período de projeção e avaliamos a consistência dos cálculos, comparando-os com informações de mercado disponíveis do setor de geração de energia, com o desempenho efetivo de outras usinas do grupo e com dados históricos. Realizamos também a análise de sensibilidade, bem como o recálculo do valor em uso. Adicionalmente, analisamos as divulgações feitas nas demonstrações financeiras. - Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o imobilizado e as respectivas divulgações são coerentes no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

**Ênfase - Transações com partes relacionadas:** Chamamos a atenção para o fato de que parte substancial das operações de venda de energia da Companhia são realizadas com partes relacionadas, conforme descrito na nota explicativa nº 22. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressaltada em relação a esse assunto. **Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (VA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às

## IMPOSTOS

# Arrecadação em Minas cresce 7,47%

Tributos estaduais recebidos no 1º trimestre do ano somam 23,3 bilhões; maior parte veio do recolhimento de ICMS

MICHELLE VALVERDE

Em Minas Gerais, ao longo do primeiro trimestre, foi verificada alta de 7,47% na arrecadação de impostos estaduais, se comparado com igual período de 2021. Conforme dados divulgados pela Secretaria de Estado de Fazenda (SEF), a arrecadação de Minas Gerais atingiu R\$ 23,3 bilhões no intervalo, ante o montante de R\$ 21,7 bilhões registrado em igual período do ano passado.

Somente em março, o recolhimento atingiu R\$ 9,38 bilhões, valor 49,25% maior que no mesmo mês de 2021.

A maior parte dos recursos vem do recolhimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), que atingiu R\$ 16,8 bilhões nos primeiros três meses deste ano, ficando 14,45% superior.

De acordo com os dados da SEF, somente a receita tributária foi responsável por um recurso de R\$ 22,1 bilhões entre janeiro e março deste ano, aumento de 6,32% frente ao mesmo período de 2021 (R\$ 20,7 bilhões). A receita tributária também ficou maior no mês, 48,3%, se confron-

tada com igual período de 2021, com um valor de R\$ 8,9 bilhões.

Compondo a receita tributária em 2021, a quantia mais expressiva veio do ICMS, cuja arrecadação atingiu R\$ 16,8 bilhões nos primei-

**Considerando apenas o mês de março, o recolhimento atingiu R\$ 9,38 bilhões, valor 49,25% maior que o apurado no mesmo mês do ano passado, aponta a SEF.**

ros três meses deste ano. A alta no recolhimento do imposto foi de 14,45% na comparação com o mesmo período do ano passado (R\$ 14,7 bilhões). Somente em março, o ICMS gerou uma arrecadação de R\$ 5,48 bilhões. O valor aumentou 20,19% na comparação com igual mês de 2021.

Segundo a professora de economia do Centro Universitário Una, Vaniria Ferrari, o aumento da arrecadação tem influência da inflação

elevada, variação cambial e do aumento dos preços de vários produtos, entre alimentos, energia elétrica, combustíveis, entre outros.

“A arrecadação está aumentando porque a grande maioria dos impostos é calculada em cima de preços. Como estamos com uma inflação muito alta, mais de 10%, isso faz com que a arrecadação aumente. O aumento no ICMS foi impactado pela alta em vários setores como os combustíveis, preços praticados no comércio, nas indústrias e energia elétrica. Os preços também foram impactados pela alta do dólar”.

A estimativa é que a arrecadação continue subindo em 2022. “A tendência é que a arrecadação continue em alta, pois não tem tendência de queda da inflação. Estamos vivendo um período com dólar abaixo de R\$ 5, mas a conjuntura internacional, o cenário de crise e de guerra entre Ucrânia e Rússia, com certeza, vão trazer repercussões e impedir a redução da inflação e dos juros”.

**IPVA** - No acumulado do ano até março, a arrecadação do Estado ficou menor quando



CHARLES SILVA DUARTE/AROUVO DC

Captação do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) foi de R\$ 3,7 bilhões

observado o recolhimento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), que este ano passou a ser cobrado em março e não mais a partir de janeiro. O tributo gerou uma captação de R\$ 3,7 bilhões nos três primeiros meses deste ano, retração de 20,6% na comparação com os mesmos meses de 2021 (R\$ 4,6 bilhões).

Com o início do pagamento do IPVA programado para março, no terceiro mês do

ano a arrecadação cresceu expressivos 179,4% frente a igual mês do ano anterior, somando R\$ 2,6 bilhões somente com o imposto.

O Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCD) movimentou R\$ 290 milhões no primeiro trimestre, variação positiva de apenas 0,34%. Já as taxas foram responsáveis por uma arrecadação de R\$ R\$ 1,2 milhão, avanço de 14,5% no trimestre.

Em relação às outras receitas, o montante arrecadado entre janeiro e março foi de R\$ 1,2 bilhão. O número representa um avanço de 33,05% na comparação com o mesmo período do ano passado, quando a arrecadação chegou a R\$ 936,9 milhões. No mês, as outras receitas movimentaram R\$ 481,6 milhões, ficando 68,6% maior que em igual mês de 2021 (R\$ 285,5 milhões).

## MULTILATERALIDADE

# Paulo Guedes critica guerra e sanções econômicas

**Brasília** - O ministro Paulo Guedes (Economia) afirmou ontem que guerras e sanções econômicas representam uma volta ao passado e defendeu a importância das instituições multilaterais para que seja mantido o grau de civilização alcançado pelo mundo.

“Não podemos mergulhar em um passado de guerras físicas, de sanções econômicas, de interrupções de fluxos de comércio e investimentos”, afirmou.

Para o ministro, o momento de guerra na Ucrânia e de dificuldades impostas pela inflação e pelo cenário pós-pandemia reforça a importância dos organismos globais e da entrada do Brasil na Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE).

“É um momento que não podemos hesitar. O Brasil quer acesso à OCDE para reafirmar seus valores, reafirmar sua crença no multilateralismo e na importância das organizações multilaterais. Para essa convergência de procedimentos, de valores e, principalmente, para manter o sistema global funcionando do ponto

de vista de investimentos, comércio, e celebrando a civilização, o estágio de civilização que atingimos”, disse.

As declarações de Guedes são dadas enquanto o Brasil evita uma crítica direta à Rússia nas discussões diplomáticas. O Ministério das Relações Exteriores tem feito malabarismos retóricos para mostrar sua oposição a uma violação do direito internacional por Moscou sem responsabilizar diretamente para a Rússia.

**Mudança** - A posição de Guedes sobre o multilateralismo é completamente oposta à visão de política externa do início do governo de Jair Bolsonaro (PL), que era liderada por Ernesto Araújo, então ministro de Relações Exteriores, até março de 2021. Nos pouco mais de dois anos em que esteve à frente do Itamaraty, o então chanceler fez da oposição ao “globalismo” uma de suas marcas.

Ernesto, que à época de sua posse era um desconhecido diplomata recém-promovido a embaixador, deixou o posto após ter amealhado a aver-

são de diferentes setores da sociedade e do governo. Das cúpulas do Congresso Nacional aos generais que conse-

lham Bolsonaro, de grandes empresários a lideranças do agronegócio, todos se uniram em seus últimos dias para

tirá-lo da Esplanada.

“Como ministro da Economia do Brasil, estou dizendo que o Brasil vai trabalhar

sempre para reforçar o valor das instituições multilaterais”, disse Guedes ontem. (Folhapress)

# País terá novas regras para multinacionais

**Brasília** - As declarações de Guedes foram dadas em evento conjunto do Ministério da Economia e da OCDE em Brasília que apresentou o novo sistema de preços de transferência para o Brasil, um conjunto de regras aplicadas a empresas multinacionais para transferirem bens a companhias associadas a elas.

De acordo com o Ministério da Economia, o trabalho ligado ao novo sistema de preços de transferência para o Brasil foi iniciado em 2018 e teve como base a avaliação sobre o quão alinhadas estavam as regras no caso brasileiro com as da OCDE - o que resultou em um relatório de convergência para o padrão da Organização.

Guedes disse que o objetivo do novo sistema de preços de transferências sendo lançado pelo Brasil, um dos passos para aderir à OCDE, é evitar tanto a tributação excessiva como a evasão fiscal. “Evitamos os dois males. Isso é fundamental porque nos permite ganho de eficiência”, afirmou.

O ministro relembrou que o País ainda quer, além do acesso à OCDE, a conclusão do acordo Mercosul-União Europeia. Para ele, esses movimentos vão “lubrificar” os canais de investimento e beneficiar o Brasil.

O convite para o Brasil entrar na OCDE foi aprovado em janeiro pelos membros do conselho da Organização, o que iniciou um processo negociador que deve durar pelo menos dois anos.

Para ter sucesso, o Brasil vai precisar aderir uma série de instrumentos normativos da entidade, além de ter a sua candidatura analisada em diversos comitês. Dentre as obrigações impostas ao Brasil, estão a redução de desmatamento e medidas de mitigação de mudanças climáticas previstas no acordo de Paris.

Os candidatos também precisam confirmar seu endosso a alguns valores da organização. Entre eles, a preservação da liberdade individual, valores da democracia, proteção de direitos humanos, além de economias

de mercado abertas, competitivas, sustentáveis e transparentes.

O pedido formal de adesão foi feito em 2017 e o ingresso no “clube dos países ricos” é uma das prioridades de Guedes, mas a efetiva entrada do Brasil tem sido ameaçada pela política ambiental do governo Bolsonaro.

O Ministério das Relações Exteriores da França publicou uma nota em janeiro dizendo que a entrada do Brasil na OCDE dependerá de progressos sérios, concretos e mensuráveis na luta contra o desmatamento e as mudanças climáticas.

O comunicado se estende aos outros cinco países postulantes (Argentina, Bulgária, Croácia, Peru e Romênia), mas serve como um aviso indireto ao Brasil, cuja política ambiental tem sido reiteradamente criticada pelo governo de Emmanuel Macron. A França é um dos 38 países que integram o grupo e que precisam dar consenso para confirmar o ingresso na entidade. (Folhapress)



# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/431.545-5	MGE2200752543	22/08/2022

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
056.742.896-62	LIVIA CRISTINA PULIS ATENIENSE

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 9571643 em 06/09/2022 da Empresa ALIANÇA GERACAO DE ENERGIA S.A., Nire 31300106071 e protocolo 224315455 - 05/09/2022. Autenticação: 792D99BA90DBC6BF82106F72CFDDCED501068. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/431.545-5 e o código de segurança mUQB Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 06/09/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

  
MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 11/13



## TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa ALIANCA GERACAO DE ENERGIA S.A., de NIRE 3130010607-1 e protocolado sob o número 22/431.545-5 em 05/09/2022, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 9571643, em 06/09/2022. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Kenia Mota Santos Machado.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o site eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

### Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
695.649.731-04	PAULO DE TARSO DE ALEXANDRIA CRUZ

### Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
056.742.896-62	LIVIA CRISTINA PULIS ATENIENSE

### Anexo

Assinante(s)	
CPF	Nome
056.742.896-62	LIVIA CRISTINA PULIS ATENIENSE

Belo Horizonte, terça-feira, 06 de setembro de 2022



Documento assinado eletronicamente por Kenia Mota Santos Machado, Servidor(a) Público(a), em 06/09/2022, às 15:43 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucemg](http://www.jucemg.mg.gov.br) informando o número do protocolo 22/431.545-5.





# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Belo Horizonte. terça-feira, 06 de setembro de 2022



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 9571643 em 06/09/2022 da Empresa ALIANÇA GERACAO DE ENERGIA S.A., Nire 31300106071 e protocolo 224315455 - 05/09/2022. Autenticação: 792D99BA90DBC6BF82106F72CFDDCED501068. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/431.545-5 e o código de segurança mUQB Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 06/09/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL